

# Unidade 5

**Programa Saúde na Escola (PSE)**

# Programa Saúde na Escola (PSE)

## OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:

*Apresentar os objetivos, diretrizes e ações do Programa Saúde na Escola (PSE), e seu papel na garantia da promoção da saúde.*

Nas últimas duas unidades, compreendemos como o Estado provê e promove o DHAA no contexto da educação e da saúde por meio do PNAE e da PNAN. A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é a chave para o desenvolvimento de ações promotoras de saúde nesse contexto. **Vamos ver?**

No âmbito escolar, a EAN é uma importante ferramenta para a formação de hábitos alimentares saudáveis de crianças e adolescentes e as ações devem envolver diferentes atores da comunidade escolar. Já na saúde, as ações de EAN estão mais voltadas para as outras fases da vida, como adultos, idosos, gestantes, puérperas e bebês. As mesmas devem envolver outros profissionais, além do nutricionista, e seguir a linha horizontal de cuidado preconizada na Atenção Primária a Saúde (APS).

**Mas já que ambas as áreas promovem saúde, elas não poderiam trabalhar juntas?** Não só podem como devem! E é aí que entra o tema dessa unidade: O Programa Saúde na Escola (PSE).

O PSE foi criado por meio do decreto presidencial nº 6.286/2007, com o objetivo principal de contribuir para a formação integral dos estudantes, com ações e projetos que articulem saúde e educação, visando o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o amplo desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens do âmbito escolar (BRASIL, 2007).

O programa possui integração e articulação permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, envolvendo as equipes de saúde e da educação, sendo considerado um programa interministerial, por envolver os Ministérios da Saúde e da Educação.

Este vínculo entre saúde e educação não é uma invenção da atualidade, pois é reconhecido desde a antiguidade grega. No final do século XX, a ampliação dos conceitos teóricos de saúde e educação fez com que as práticas de saúde na escola ganhassem novos desenhos. Em 1954, a Comissão de Especialistas em Educação em Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), apresentou uma abordagem inicial do conceito de Escola Promotora de Saúde (EPS). Essa proposta visou estimular atividades intersetoriais com participação comunitária, a partir da identificação das necessidades locais e linhas de enfrentamento, priorizando as práticas de promoção de saúde (GONÇALVES et al., 2008).

Com o passar dos anos, o PSE foi se aprimorando e sofreu algumas mudanças. A mais expressiva delas aconteceu recentemente, em 2017, por meio da Portaria nº 1.055, de 25 de abril de 2017, cujo principal objetivo é simplificar e fortalecer a implementação do PSE em todo território nacional. O Quadro 1 apresenta os principais pontos de mudança (BRASIL, 2017a).

## Módulo 1 - Unidade 5

**Quadro 1.** Principais mudanças no PSE propostas pela Portaria nº 1.055, de 25 de abril de 2017.

Portaria anterior	Nova portaria
Incentivo federal mínimo de R\$ 3.000,00 para envolver até 599 estudantes	Incentivo federal mínimo de R\$ 5.676,00 para envolver até 600 estudantes
Repasse feito em duas parcelas: 20% na adesão e 80% ao final	Repasse único do recurso
Ciclo de adesão com duração de 1 ano	Adesão com duração de 2 anos, com monitoramento das ações
Adesão por nível de ensino (Fundamental I, ensino médio), sem envolver todos os estudantes da escola	Adesão implica atuar com todos os estudantes da escola
Ações divididas por blocos (promoção e saúde), com pouca flexibilidade para planejamento local	Conjunto de 12 ações que poderão ser desenvolvidas conforme o planejamento e realidade local
Dois sistemas para registro das ações: SISAB (MS) e Sistema de Informação no SIMEC (MEC)	Registro unificado no SISAB

FONTE: BRASIL. Ministério da Saúde. Novo programa saúde na escola. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/abril/25/25-04-17-Coletiva-Programa-Saude-na-Escola.pdf>

O art. 2º da nova portaria apresenta os sete principais objetivos do PSE:

**I**

Promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação;

**II**

Articular as ações do Sistema Único de Saúde - SUS às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e a suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;

**III**

Contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos;

**IV**

Contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos;

**V**

Fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;

**VI**

Promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes;

**VII**

Fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde, nos três níveis de governo (BRASIL, 2017a)

## Módulo 1 - Unidade 5

De acordo com o artigo 4º da portaria, as diretrizes para a implementação do PSE são (BRASIL, 2017a):

- I. descentralização e respeito à autonomia federativa;
- II. integração e articulação das redes públicas de ensino e de saúde;
- III. territorialidade;
- IV. interdisciplinaridade e intersetorialidade;
- V. integralidade;
- VI. cuidado ao longo do tempo;
- VII. controle social; e
- VIII. monitoramento e avaliação permanentes

Conhecendo esses objetivos e diretrizes, fica claro que o programa propõe não apenas a integração da saúde com a educação, como também o fortalecimento dessas áreas, visando melhorar o cuidado e fortalecer o controle social.

### Mas na prática, como funciona o PSE?

Apesar da dimensão e da complexidade desse programa, é importante que todos os atores compreendam o processo do início ao fim, por isso vamos simplificar! Podemos resumi-lo em duas etapas: **adesão** e o **ciclo** do PSE.

#### SAIBA MAIS

Para explicar esse processo nos baseamos nos documentos abaixo. Acesse você também:

- Manual de Adesão ao PSE. [Clique Aqui](#)
- Documento Orientador: Indicadores e Padrões de Avaliação – PSE Ciclo 2017/2018. [Clique Aqui](#)

### 1. Adesão

A adesão consiste na pactuação entre os secretários municipais da saúde e da educação com os Ministérios responsáveis pelo programa. Cada município deverá criar um Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI-M) do PSE, composto por profissionais de ambas as áreas, com o intuito de implementar e acompanhar a execução do programa ao nível local. Essa pactuação será feita pelos gestores municipais através da plataforma “e-Gestor”. Nesse processo já serão delimitadas as escolas, as equipes de saúde e as ações que deverão ser realizadas durante o primeiro ano de ciclo do PSE no município.

## Módulo 1 - Unidade 5

Todas as escolas podem ser cadastradas no PSE, entretanto as escolas prioritárias devem obrigatoriamente ser incluídas na pactuação. Quais são as escolas consideradas prioritárias? Todas as creches públicas e conveniadas do município; todas as escolas do campo; as escolas com estudantes em medida socioeducativas, no último ano; e as escolas que tenham, pelo menos, 50% dos estudantes matriculados pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A partir de 2017, todas as equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) puderam ser incluídas no PSE, assim como Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF) que desejarem participar.

Em relação às ações, a nova portaria também informa que o repasse dos recursos está atrelado ao cumprimento de 12 ações prioritárias, propostas pelos Ministérios da Saúde e da Educação, sendo elas (BRASIL,2017):

I. Ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*

II. Promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer nas escolas

III. Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas

IV. Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos

V. Prevenção das violências e dos acidentes

VI. Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação

VII. Promoção e avaliação de saúde bucal e aplicação tópica de flúor

VIII. Verificação e atualização da situação vacinal

IX. Promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil

X. Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração

XI. Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS

XII. Promoção da saúde ocular e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração

Além das atividades supracitadas, é importante que o município estabeleça outras atividades que deseja realizar levando em conta as demandas e necessidades locais.

## 2. Ciclo do PSE

Após a adesão junto aos ministérios, o município deve realizar o planejamento intersetorial do programa, ou seja, definir as ações que serão realizadas em cada unidade escolar. Nesse momento, representantes das equipes de saúde da atenção básica e das escolas, estudantes e pessoas da comunidade, com o apoio do GTI-M, devem se reunir e elaborar estratégias.

O planejamento das ações do PSE deve contemplar: o contexto escolar e social e o diagnóstico local em saúde do escolar, considerando indicadores como: evasão escolar, violência (dentro e fora da escola), motivos da baixa frequência, se a escola é prioritária na adesão ao PSE, as doenças prevalentes, entre outros.

## Módulo 1 - Unidade 5

Outro ponto importante a ser considerado é a definição de territórios. No PSE, os Territórios são definidos segundo a área de abrangência da ESF, tornando possível o exercício de criação de núcleos e ligações entre os equipamentos públicos da saúde e da educação (escolas, centros de saúde, áreas de lazer como praças e ginásios esportivos).

Definido as ações que serão realizadas em cada escola, é preciso elaborar metodologias de educação em saúde, que condizem com a realidade local e que ao mesmo tempo promovam o empoderamento dos estudantes, contribuindo assim para formação integral de jovens e adultos conscientes e politizados.

Todas as atividades realizadas no âmbito do PSE precisam ser devidamente registradas, nas fichas de atividade coletiva da Atenção Primária a Saúde, e depois inseridas no sistema online “e-SUS AB/SISAB”. É por meio desse sistema que as ações desenvolvidas no município poderão ser monitoradas pelo Ministério da Saúde, que por sua vez efetivará o repasse de recursos financeiros.

O Documento Orientador “Indicadores e Padrões de Avaliação – PSE Ciclo 2017/2018”, traz as seguintes estratégias para o desenvolvimento de cada uma das 12 ações prioritárias:

**1. Ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*** – ações de identificação e eliminação dos focos do mosquito *Aedes aegypti*, associadas a atividades de educação em saúde ambiental para a promoção de ambientes saudáveis. Podem ser atividades dialógicas desenvolvidas para incentivar a adoção e o compartilhamento de práticas sanitárias e sociais de preservação e consumo consciente de recursos naturais, assim como os cuidados necessários à prevenção de riscos e danos ambientais e à saúde.

**2. Promoção da segurança alimentar e nutricional e da alimentação saudável e combate à obesidade infantil** – ações que abarcam estratégias de promoção da alimentação adequada e saudável, estímulo à realização de práticas corporais e atividade física e mudança de comportamento. As ações devem buscar, também, instituir mecanismos de orientação dos pais e/ou responsáveis sobre o controle da alimentação escolar, avaliação dos alimentos oferecidos na cantina e os lanches preparados em casa e levados à escola, ampliação da promoção de atividades físicas programadas junto aos estudantes, envolvimento ativo da família junto à escola, construção de hortas escolares para apoiar as ações de educação alimentar e nutricional e reforçar a presença de alimentos saudáveis na alimentação escolar.

**3. Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS** – ações no sentido de construir espaços de diálogo entre adolescentes, jovens, professores, profissionais de saúde e comunidade, afim de que possam ir além da dimensão cognitiva, levando em conta aspectos subjetivos, questões relativas às identidades e às práticas afetivas e sexuais no contexto das relações humanas, da cultura e dos direitos humanos.

**4. Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas** – ações propostas na perspectiva de abordar os riscos e danos do uso de drogas numa perspectiva do fortalecimento dos vínculos e afetos para favorecer escolhas de vida saudáveis e melhoria das relações entre os estudantes e a comunidade escolar/equipes de saúde.

## Módulo 1 - Unidade 5

**5. Promoção da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos** – ações no sentido de gerar as transformações necessárias para que a paz seja o norteador de todas as relações humanas e sociais, no sentido de promover a convivência com a diferença e o respeito. Desenvolver a Cultura de Paz supõe trabalhar de forma integrada no intuito das grandes mudanças desejadas pela maioria da humanidade – justiça social, igualdade entre os sexos, eliminação do racismo, tolerância religiosa, respeito às minorias, educação e saúde integral, equilíbrio ecológico e liberdade política.

**6. Promoção das práticas Corporais, da Atividade Física e do lazer nas escolas** – as ações configuram-se como grande oportunidade para potencializar aspectos clássicos da dinâmica escolar, como o recreio, as datas comemorativas e os temas transversais. Combina com o dia da árvore, dia mundial da saúde, do estudante, prevenção de violências, alimentação saudável, prevenção da obesidade, mobilidade, cultura da paz, prevenção de uso de álcool, crack e outras drogas e outras ações ou temas que os profissionais da escola e da saúde planejam para o PSE.

**7. Prevenção das violências e dos acidentes** - atividades de convivência e mediação de conflitos com metodologia participativa (rodas de conversa, teatro, dinâmicas, narrativas – contadores de histórias e outras), com o envolvimento de todos os atores da comunidade escolar. Além disso, deve-se criar oportunidades de esporte, lazer e cultura para envolvimento das crianças e adolescentes com sua comunidade e sua energia criativa.

**8. Identificação de estudantes com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação** - as ações de educação em saúde voltadas para esse grupo de doenças nas escolas devem estar associadas à discussão sobre as questões ambientais, que pode ajudar a fortalecer a formação da consciência das crianças sobre temas relacionados à qualidade da água, saneamento, moradia, o direito aos serviços públicos, exercício da cidadania, preconceito e discriminação no caso da hanseníase, transcendendo a questão da doença.

**9. Promoção e Avaliação de Saúde bucal e aplicação tópica de flúor** - as ações devem ser realizadas de forma contínua e estimulando a autonomia e as práticas de autocuidado pelos escolares. Para o PSE, recomenda-se a realização das seguintes ações a nível individual e/ou coletivo: educação em saúde, escovação dental supervisionada, e aplicação tópica de flúor.

**10. Verificação da situação vacinal** - as ações de prevenção podem, por exemplo, começar a partir da análise de informações sobre a ocorrência de doenças no território e que podem ser prevenidas com vacinas. A parceria saúde e escola deve ter como resultado um menor número de ocorrência de casos de doenças imunopreveníveis, ou seja, doenças que podem ser prevenidas por vacinas, melhorando a adesão dos estudantes e famílias para as vacinas disponibilizadas pelo SUS.

**11. Promoção da saúde auditiva e identificação de estudantes com possíveis sinais de alteração** – ações no sentido de orientar os estudantes com possíveis sinais de comprometimento auditivo, identificados através de aplicação de instrumento específico elaborado para ser utilizado de acordo com a faixa etária, para acompanhamento na Unidade Básica, além de verificar com os responsáveis se a criança realizou triagem auditiva (“teste da orelhinha”) na maternidade.

**12. Promoção da saúde ocular e identificação de escolares com possíveis sinais de alteração** – ação é o “teste de Snellen” associado a orientações de promoção da saúde ocular, para que se ampliem as práticas profissionais para além das ações de avaliação da acuidade visual e de identificação de estudantes com problemas de visão. Nessa ação é importante discutir com os estudantes e familiares a produção do cuidado com o ambiente escolar e com o território para evitar acidentes. Além disso, é necessário mencionar como a ambiência, as facilidades e dificuldades colocadas pela organização do espaço podem promover o acolhimento e a saúde dos escolares e a acessibilidade dos mesmos.

Resgatando o início dessa unidade, falamos que EAN é uma importante ferramenta para a promoção da saúde, não é mesmo? **Vocês conseguiram identificar em qual ação do PSE ela se encaixa?** Isso mesmo! Na “Promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil”!

### **Mas, porque essa ação é importante?**

Ao longo das últimas décadas, a situação de saúde e nutrição da população brasileira apresentou mudanças importantes, o que pode ser observado a partir de alguns estudos. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), de 2006, revelou uma realidade comentada em nossa primeira unidade de aprendizagem, pessoas ao mesmo tempo desnutridas e com excesso de peso. Isso se evidencia com os seguintes dados: a prevalência do excesso de peso para os menores de cinco anos foi de 7,3%, valores bem semelhantes a baixa estatura para idade (7,0%), enquanto que para anemia e deficiência de vitamina A, foram observadas prevalências ainda maiores, sendo de 20,9% e 17,4%, respectivamente (BRASIL, 2009).

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde, mostrou que houve um aumento significativo no número de crianças de 5 a 9 anos e de jovens de 10 a 19 anos com excesso de peso com relação as POF's anteriores. Esse aumento foi encontrado em todas as regiões brasileiras e nos diferentes grupos de renda. Com relação ao déficit de altura nos primeiros anos de vida, que é um importante indicador de desnutrição infantil, foi observado que a maior prevalência se encontra na região Norte em famílias com menor renda (BRASIL, 2010).

Em 2015, o Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (ERICA) apontou que a dieta dos adolescentes brasileiros é caracterizada pelo consumo de alimentos tradicionais, como arroz e feijão, associada à ingestão elevada de bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados, como salgados fritos e assados, e biscoitos doces e salgados. Além disso, a prevalência do consumo de frutas foi baixa, e não ficou nem entre os 15 alimentos mais consumidos. O estudo também apontou que 8,4% dos adolescentes de 12 a 17 anos estão obesos (BLOCHL; CARDSOLL; SICHIERILL, 2016).

Considerando os estudos supracitados fica ainda mais clara a necessidade de ações de promoção a saúde e de EAN com crianças e adolescentes. **E tem lugar mais propício para o desenvolvimento dessas ações do que a escola?** É por isso que o PSE tem um grande potencial para garantia de SAN e DHAA dos estudantes.

## Módulo 1 - Unidade 5

Pensando nesse potencial, que ações podem ser desenvolvidas no PSE?

- Implantação de hortas escolares;
- Visitação a propriedades da agricultura familiar, feiras e comércios de alimentos;
- Resgate da cultura alimentar familiar e local;
- Promoção de cantinas escolares saudáveis;
- Práticas culinárias no espaço escolar
- Rodas de conversas com pais e professores que abordem a promoção da saúde;
- Envolvimento de cozinheiras e merendeiras nas atividades com escolares;
- Jogos, atividades lúdicas, exibição de vídeos.

São inúmeras possibilidades que o universo escolar nos permite desenvolver! Esses são apenas exemplos que a nossa equipe já desenvolveu. Porém, é preciso ter um pouquinho de paciência antes de decidir as ações. Temos que nos lembrar que a base do PSE é a intersectorialidade e a adequação à realidade local, por isso o planejamento deve ser feito em conjunto entre os representantes da saúde e da educação e levar em consideração as demandas da escola e do território em que ela se encontra.

**Ficou com vontade de conhecer um pouco mais?** Algumas ideias de como colocar essas propostas em prática podem ser obtidas a partir dos materiais de apoio elaborados pelo Ministério da Saúde (MS), pelos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição do Escolar e até mesmo pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)! Selecionamos e resumimos alguns para apresentar a vocês! Vamos lá?

### **Título do Material de Apoio: A creche como promotora da amamentação e da alimentação adequada e saudável**

Recentemente, o MS publicou o livreto “A creche como promotora da amamentação e da alimentação adequada e saudável”. Neste documento são apresentadas orientações de ações a serem desenvolvidas ou aprimoradas pela creche, com destaque para o apoio ao aleitamento materno e para a introdução da alimentação complementar adequada e saudável.

Este material nos convida a entender a creche como um espaço de formação e o ato de comer como um direito humano, nos permitindo compreender que a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis está fortemente ligada às dimensões econômica, social, política, ambiental e cultural da alimentação. Para compreender essas dimensões e efetivar as ações promotoras de práticas alimentares adequadas e saudáveis são necessários diversos atores sociais, como: profissionais e gestores da saúde e educação, representantes de equipamentos e organizações sociais.

Outro ponto destacado no material é o aleitamento materno. Os benefícios do aleitamento materno são inúmeros, por exemplo: diminuir o risco de morte no primeiro ano de vida, diminuir a ocorrência de diarreia, infecções respiratórias e alergias na infância e prevenir a ocorrência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), por isso, a OMS e o MS recomendam que o aleitamento materno seja praticado até os 2 anos de vida ou mais, e que deve ser exclusivo até os 6 meses de idade.

## Módulo 1 - Unidade 5

É importante que existam profissionais capacitados para desenvolver ações de apoio e proteção ao aleitamento materno, evitando a introdução precoce de outros alimentos antes dos 6 meses, e dando apoio e suporte para que aleitamento perdure até os 2 anos de idade da criança ou mais. Uma dessas ações é empoderar e incentivar as mães a amamentarem seus bebês na creche e/ou a deixar seu leite para ser oferecido neste espaço. Além de oferecer educação permanente aos profissionais, o município deve, na medida do possível, disponibilizar um ambiente adequado e acolhedor para que seja feita a amamentação e a coleta do leite humano dentro das creches.

Mesmo não sendo uma obrigatoriedade, vários municípios já começaram a implantar esses ambientes. Um exemplo é o município de Florianópolis/SC, com o Projeto Creche Amiga da Amamentação no qual mães de bebês têm acesso à creche durante um período a fim de amamentar ou armazenar o leite para ser consumido pela criança na instituição, evitando o desmame precoce. As mães possuem um espaço reservado e tranquilo para o momento da amamentação.

**E no seu município como é? Dá para ser ainda melhor?** Caso não seja possível a implementação dessas salas de amamentação e ordenha, é importante que pelo menos as mães sejam orientadas sobre como retirar e conservar o leite materno que será levado à creche.

### SAIBA MAIS

Veja as orientações e mais informações no livreto: [Clique Aqui](#).

A partir dos seis meses de idade, inicia-se a “alimentação complementar”, caracterizada pela inserção de novos alimentos, bem como novas práticas alimentares. Por isso, a alimentação deve ser oferecida em um ambiente tranquilo, com as crianças sendo estimuladas a sentarem-se à mesa com a família. O Quadro 2 apresenta o esquema alimentar proposto para os 2 primeiros anos de vida.

## Módulo 1 - Unidade 5

**Quadro 2.** Esquema alimentar para os 2 primeiros anos de vida (Adaptado de BRASIL, 2018a).

	Idade			
Horários*	Ao completar 6 meses	Aos 7 meses	8 a 11 meses	12 a 24 meses
Início da manhã	Leite materno	Leite materno	Leite materno	Leite materno + fruta ou pão ou tubérculo ou cereal
Meio da manhã	Fruta	Fruta	Fruta	Fruta
Final da manhã	Almoço**	Almoço**	Almoço**	Almoço**
Meio da tarde	Fruta Leite materno	Fruta Leite materno	Fruta Leite materno	Leite materno + fruta ou pão ou tubérculo ou cereal
Final da tarde	Leite materno	Jantar**	Jantar**	Jantar**
Quantidade***	2 a 3 colheres de sopa	4 a 5 colheres de sopa	6 a 7 colheres de sopa	8 a 10 colheres de sopa
Consistência	Alimentos bem amassados (papas ou purês)	Alimentos bem amassados (papas ou purês)	Alimentos bem amassados (papas ou purês)	Alimentos picados

\* Os horários são uma base para o gestor da creche organizar a rotina. Em casa, esses horários podem variar.

\*\* Ficar atento à evolução da consistência.

\*\*\* As quantidades sugeridas podem variar de acordo com o apetite e desenvolvimento da criança.

Para que as ações propostas pelo livreto tenham sucesso, é importante que elas estejam na agenda de discussão do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI-M), a fim de que este apoie e busque viabilizar as condições para que as ações sejam executadas.

O trabalho conjunto das equipes de Saúde e de Educação, desde o planejamento e a execução até o monitoramento das ações, fortalece e facilita a promoção da alimentação adequada e saudável nas creches. Anualmente, as equipes de cada território devem se reunir com cada uma das creches sob sua responsabilidade, prever quais ações serão executadas e organizar um cronograma para orientar as ações ao longo do ano.

É importante lembrar que monitores, cozinheiras, merendeiras, auxiliares de serviço geral, agentes comunitários de saúde também fazem parte das equipes e devem ser incluídos no planejamento estratégico. Além disso, cabe aos gestores municipais incluírem no planejamento financeiro ações de educação permanente para os profissionais, bem como adequação das estruturas físicas das unidades escolares.

### Título do Material de Apoio: Na cozinha com as frutas, legumes e verduras

Também elaborado pelo MS o livro “Na cozinha com as frutas, legumes e verduras” tem o intuito de apoiar e estimular as práticas alimentares saudáveis, por meio da valorização e o incentivo do consumo de frutas, legumes e verduras. Essa é uma estratégia de promoção da saúde, que contribui para a melhoria do padrão alimentar e nutricional e para a redução de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

O livro é dividido em quatro capítulos, que trazem informações sobre diversos alimentos brasileiros e como diversificar seus usos no dia a dia. Nele são apresentadas as principais características nutricionais dos grupos alimentares e seus os benefícios à saúde; questões de higienização e armazenamento, visando à qualidade nutricional deles; receitas criadas com o intuito de oferecer opções saborosas, nutritivas, práticas e de baixo custo; e muito mais!

#### SAIBA MAIS

Que tal também dar uma olhadinha neste livro e tentar colocar em prática algumas das ideias propostas? [Clique Aqui](#)

### Título do Material de Apoio: Manual: Orientação para a Alimentação Escolar na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos

O MS em parceria com Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina (CECANE-SC), publicou a segunda edição desse manual com o intuito de sensibilizar e dar subsídios para atuação de nutricionistas e diretores de escolas, apresentando orientações específicas para as crianças, adolescentes e adultos. Ele inclui conteúdos sobre as principais características destes ciclos da vida e como deve ser a alimentação do PNAE voltada para a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e EJA.

O manual é organizado em quatro capítulos, divididos pelas faixas etárias: educação infantil (0 a 6 anos), ensino fundamental (6 a 10 anos), adolescente e fase adulta. Em cada capítulo são abordadas as características dos escolares, como deve ser a alimentação, o que deve ser oferecido, o que deve ser evitado/controlado e como desenvolver a EAN.

#### SAIBA MAIS

Para saber mais [Clique Aqui](#)

**Título do Material de Apoio:** Instrutivo: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica

O material “Instrutivo: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica”, publicado em 2016, faz parte de uma série de materiais, que foram elaborados como desdobramentos do Guia Alimentar para a População Brasileira. Ele pretende ser um orientador da mudança de prática no que se refere à abordagem da promoção da saúde, apresentando propostas de metodologias com suporte teórico e prático para o desenvolvimento das ações.

O Instrutivo apresenta estratégias e materiais educativos, que objetivam promover encontros dinâmicos, participativos e compreensíveis, para serem conduzidos com adultos e idosos; entretanto, as ações podem ser adaptadas aos diferentes ciclos da vida, como a comunidade escolar. As estratégias metodológicas apresentadas incluem:

- **Oficinas:** Estratégias coletivas que possibilitam o diálogo, a interação e a troca, favorecendo a construção coletiva do conhecimento e das práticas. No material, são propostas sete oficinas que poderão ser desenvolvidas de acordo com a realidade do serviço e as necessidades dos participantes. No Quadro 3, encontram-se descritas algumas dessas oficinas e seus respectivos objetivos já adaptadas para o ambiente escolar.

**Quadro 3.** Descrição das oficinas e respectivos objetivos (Adaptado de BRASIL, 2016a).

OFICINA	OBJETIVOS
Oficina 1: Quem somos nós?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer os estudantes e o que eles consideram ser alimentação adequada e saudável;</li> <li>• Sensibilizar os estudantes para a possibilidade de mudanças.</li> </ul>
Oficina 2: O que é saúde para você?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre a importância da alimentação adequada e saudável para a manutenção/ melhoria da saúde.</li> </ul>
Oficina 3: Tempestade de dúvidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar as dúvidas relativas à promoção da alimentação adequada e saudável;</li> <li>• Refletir sobre o conceito de promoção da alimentação adequada e saudável para além da ingestão de nutrientes e alimentos específicos.</li> </ul>
Oficina 4: Saboreando uma alimentação adequada e saudável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular as habilidades culinárias dos estudantes, com a preparação de receitas simples (de acordo com a faixa etária);</li> <li>• Incentivar o consumo de alimentos saudáveis e preparações culinárias.</li> </ul>
Oficina 5: Laboratório dos gostos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular o sistema sensorial dos estudantes;</li> <li>• Estimular a descoberta de “novos alimentos”;</li> <li>• Experimentar alimentos utilizando os órgãos sensoriais.</li> </ul>

## Módulo 1 - Unidade 5

- **Ações no ambiente:** as ações poderão ser realizadas no intervalo entre as oficinas, utilizando uma abordagem visual, como exposição de alimentos e figuras. Essas ações têm o objetivo de despertar a curiosidade e reflexão dos estudantes. No Instrutivo estão descritas quatro ações no ambiente, entre elas o “Festival gastronômico”, que visa desenvolver e degustar preparações culinárias com reduzidas quantidades de sal, óleo e açúcar.

- **Painéis:** esta estratégia pode ser utilizada para compartilhar com os estudantes e outros atores da comunidade escolar as diferentes atividades desenvolvidas durante os encontros, como fotos dos estudantes, textos informativos sobre alimentação e nutrição, reflexões sobre como construir modos mais saudáveis na rotina de vida, entre outros. O painel deve ser construído com os estudantes e ficar exposto por toda escola dando visibilidade ao trabalho que vem sendo realizado.

- **Folders:** materiais informativos para subsidiar as ações de EAN, utilizando como base os Dez passos para a Alimentação Adequada e Saudável, propostos pela segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, com linguagem e visualização adaptadas às faixas etárias dos escolares. **Vamos recordar quais são os 10 passos para a alimentação adequada e saudável?**

- 1) Fazer de alimentos in natura ou minimamente processados a base da alimentação;
- 2) Utilizar óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades ao temperar e cozinhar alimentos e criar preparações culinárias;
- 3) Limitar o consumo de alimentos processados;
- 4) Evitar o consumo de alimentos ultraprocessados;
- 5) Comer com regularidade e atenção, em ambientes apropriados e, sempre que possível, com companhia;
- 6) Fazer compras em locais que ofertem variedades de alimentos in natura ou minimamente processados;
- 7) Desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias;
- 8) Planejar o uso do tempo para dar à alimentação o espaço que ela merece;
- 9) Dar preferência, quando fora de casa, a locais que servem refeições feitas na hora;
- 10) Ser crítico quanto a informações, orientações e mensagens sobre alimentação veiculadas em propagandas comerciais.

### SAIBA MAIS

Que tal utilizar algumas dessas ideias para a elaboração de ações aí no seu município? [Clique Aqui](#)

### **Título do Material de Apoio:** Guia de Alimentação Saudável nas Escolas

Além desses materiais, recentemente o IDEC publicou o Guia de Alimentação Saudável nas Escolas, com o objetivo de estimular os municípios brasileiros a promover a saúde a partir de ações que iniciam nas instituições de ensino e extrapolam para sociedade. Este guia traz informações sobre experiências estaduais e municipais para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, por meio de dispositivos legais, sendo relacionadas principalmente com a regulamentação da oferta de alimentos nas cantinas. Como o exemplo do município Florianópolis, que foi o primeiro a criar uma legislação específica sobre comercialização de alimentos e bebidas nas escolas, a partir da Lei 5.853 de junho de 2001. A lei teve ampla divulgação na mídia nacional e, seis meses após sua criação, foi estendida para todas as escolas públicas e privadas de Santa Catarina, com a publicação da Lei 12.061 de 18 de dezembro de 2001.

As experiências descritas no material envolvem quatro categorias principais: **Vamos ver com mais detalhes cada uma delas?**

- **Regulamentação das cantinas:** considerando que as cantinas podem estar inseridas no ambiente escolar, regulamentá-las significa criar uma legislação que promova alimentação adequada e saudável. Para que isso aconteça poderão ser listados na lei alimentos que devem ter comercialização proibida, como: bebidas com quaisquer teores alcoólicos; balas, pirulitos e gomas de mascar; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos industrializados; salgados fritos; e pipoca industrializada.
- **Regulamentação da publicidade infantil nas escolas:** significa proibir qualquer tipo de estratégia de publicidade infantil (como propaganda, patrocínios, merchandising e promoções de venda), com o intuito de proteger as crianças no ambiente escolar. Essa regulamentação também pode ser feita por meio de dispositivos legais, que visem combater as diferentes formas de publicidades, principalmente as mais veladas e persuasivas.
- **Capacitação dos cantineiros:** a cantina escolar tem um papel muito importante na estimulação de hábitos alimentares saudáveis, por isso, capacitar os cantineiros significa oferecer ferramentas a esses atores, para que seus estabelecimentos sejam promotores de uma alimentação adequada e saudável. A experiência de capacitação de cantineiros mais conhecida é a do Distrito Federal, realizada no projeto A Escola Promovendo Hábitos Alimentares Saudáveis. Essas capacitações eram compostas por 12 encontros de três horas cada, por quatro meses, envolvendo aulas presenciais (teóricas e práticas) e carga horária não presencial, para o desenvolvimento das atividades propostas, totalizando 60 horas no total. Um estudo mostrou que essa capacitação apresentou resultados positivos, como queda na comercialização de produtos ultraprocessados e maior oferta de alimentos saudáveis. É importante destacar que a capacitação deve ser executada por especialistas e estar prevista em lei, além de estar acompanhada de outras medidas legais, como a regulamentação das cantinas. **Quer saber mais sobre esse projeto? [Clique Aqui.](#)**
- **Atividades de EAN:** como já vimos ao longo deste módulo e nos anteriores, significa realizar atividades educativas que promovam alimentação adequada e saudável. É importante ressaltar que ações devem ser planejadas, executadas e avaliadas de forma coletiva e intersetorial.

## Módulo 1 - Unidade 5

O guia também apresenta um modelo de projeto de lei, que contempla as principais medidas que podem contribuir para a garantia de padrões alimentares mais saudáveis nas escolas, e respeite os conceitos de EAN, SAN e SA abordados em nossas unidades anteriores. Por fim, são destacadas algumas limitações e estratégias para superá-las.

**SAIBA MAIS**

Veja mais informações no guia: [Clique Aqui](#)

## CONCLUSÃO

---

**Com base no conteúdo dessa unidade será possível desenvolver atividades mais efetivas para a promoção da saúde nas escolas de seu município?** Nós esperamos que sim! Pois acreditamos que o primeiro passo para a mudança é ter clareza do objetivo e de todas as etapas necessárias para alcançá-lo.

Sabemos que a gestão municipal tem um papel fundamental na adesão e coordenação do programa. Porém, são vocês, que trabalham diariamente nas escolas e centros de saúde, que sabem as reais necessidades do território e as melhores estratégias para lidar com a comunidade em que estão inseridos. A chave para o bom funcionamento do PSE está na intersetorialidade! Por isso, articulem-se e acreditem que vocês são capazes de transformar a realidade em questão. Nós acreditamos em vocês!

Para obter mais informações sobre o programa visitem com frequência à página oficial do PSE. Lá você pode se manter atualizado e ter acesso a outros materiais de apoio. O site é: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/pse.php>

Na próxima unidade de aprendizagem falaremos sobre a importância da intersetorialidade nas Políticas Públicas. **Vamos lá?**

## Referências Bibliográficas

---

BRASIL. Decreto nº 6.286, 05 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola e dá outras providências. Presidência da República do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm). Acesso em: 03/05/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006 : dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança/ Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 300 p. : il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde). Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds\\_crianca\\_mulher.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf). Acesso em: 08/06/2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 – Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45419.pdf>. Acesso em: 08/06/2018.

\_\_\_\_\_.Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. Instrutivo : metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica. 2016a. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo\\_metodologia\\_trabalho\\_alimentacao\\_nutricao\\_atencao\\_basica.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo_metodologia_trabalho_alimentacao_nutricao_atencao_basica.pdf). Acesso em: 04/05/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. Na cozinha com as frutas, legumes e verduras. 2016b. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cozinha\\_frutas\\_legumes\\_verduras.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cozinha_frutas_legumes_verduras.pdf). Acesso em: 04/05/2018.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.055, 25 de abril de 2017a. Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055\\_26\\_04\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html). Acesso em: 03/05/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde Novo Programa Saúde na Escola. 2017b. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/abril/25/25-04-17-Coletiva-Programa-Saude-na-Escola.pdf>. Acesso em: 03/05/2018.

\_\_\_\_\_. Manual de adesão do PSE. 2017b. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/manual\\_adesao\\_pse\\_2017.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/manual_adesao_pse_2017.pdf). Acesso em: 03/05/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Universidade Federal do Rio de Janeiro. A creche como promotora da amamentação e da alimentação adequada e saudável - Livreto para gestores. 2018a. Disponível em: [http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/a\\_creche\\_promotora\\_amamentacao\\_livreto\\_gestores](http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/a_creche_promotora_amamentacao_livreto_gestores). Acesso em: 07/05/2018.

## Módulo 1 - Unidade 5

\_\_\_\_\_. Adesão ao Programa Saúde na Escola PSE - Ciclo 2017/2018. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/informe\\_adesao\\_pse\\_12\\_06.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/informe_adesao_pse_12_06.pdf). Acesso em: 03/05/2018.

BLOCHL, K.V.; CARDSOLL, M.A.; SICHIERILL, R. Estudo dos Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (ERICA): resultados e potencialidade. Revista de Saúde Pública, v. 50, n. 1, 2016. Disponível em: < [http://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s1/pt\\_0034-8910-rsp-S01518-8787201605000SUPL1AP.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s1/pt_0034-8910-rsp-S01518-8787201605000SUPL1AP.pdf)>

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Alimentação saudável das escolas – guia para municípios. 2018. Disponível em: [http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2018/copy\\_of\\_maio/copy\\_of\\_GuiaEscolas1.pdf](http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2018/copy_of_maio/copy_of_GuiaEscolas1.pdf). Acesso em: 08/06/2018.

GONÇALVES, Fernanda Denardin et al . A promoção da saúde na educação infantil. Interface (Botucatu), Botucatu , v. 12, n. 24, p. 181-192, 2008 . doi: 10.1590/S1414-32832008000100014. Acesso em: 07/05/2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; CECANE-SC. Manual de orientação para a alimentação escolar na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e na educação de jovens e adultos, 2ª edição. 2012. Disponível em: <http://cecanesc.ufsc.br/core/getarquivo/idarquivo/509>. Acesso em: 07/05/2018.